



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO,
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE e
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2025

TRANSENERGIA SÃO PAULO S. A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação da Assembleia de Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

A **Transenergia São Paulo S.A.** reafirma seu compromisso com a excelência na implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como agradece a colaboração dos seus Acionistas, Membros do Conselho de Administração, Colaboradores, Fornecedores, Financiadores e Órgãos Reguladores e Governamentais.

Conselho de Administração

1. HISTÓRICO

A **Transenergia São Paulo S.A.** (“Companhia”), constituída em 08 de julho de 2009 é uma sociedade por ações de capital fechado, seus propósitos são específicos (SPE), atuando no setor de transmissão de energia elétrica é responsável pela construção, operação e manutenção das instalações sob sua concessão na Região Sudeste do Brasil, no Estados de São Paulo. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

O controle acionário da Companhia é exercido pela Gebbras Participações Ltda., controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% de participação, e pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (AXIA Energia), com 49%.

Em 19 de novembro de 2009, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 024/2009 - ANEEL - Instalação de Transmissão de Rede Básica, com prazo de concessão de 30 anos. A conclusão da implantação e a operação comercial das instalações vinculadas ao seu contrato de concessão ocorreu em agosto de 2012.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-financeiros	2025	2024
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	34.196	35.906
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	31.724	33.900
Resultado Financeiro (R\$ mil)	(8.408)	(10.453)
Lucro Líquido do Exercício (R\$ mil)	26.364	1.290
Ativo Total (R\$ mil)	256.255	233.962
Dívida Bruta (R\$ mil)	96.269	102.453
Dívida Líquida (R\$ mil) (*)	74.757	87.054
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	87.373	68.568

* Dívida Líquida de Disponibilidades e Aplicações Financeiras

3. ENDIVIDAMENTO

	Taxa anual de juros	31/12/2025	31/12/2024
	IPCA + 6,0405% a.a.		
Debêntures – 1ª emissão		96.269	102.453
Circulante		17.809	16.900
Não circulante		78.460	85.553

4. CAPITAL SOCIAL

O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 33.800.000,00 (trinta e três milhões e oitocentos mil reais), representado por 73.800.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº. 23/21, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a **Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.** para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como

para a revisão de informativos contábeis para atendimento às exigências regulatórias da ANEEL.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2025

Conselho de Administração	
Fernando Augusto Rojas Pinto	Presidente Conselho
Rebecca Oliveira Xavier Santos	Vice-Presidente Conselho
Diego Alejandro Forero Beltran	Conselheiro Titular
Alan da Rocha Mattos	Conselheiro Titular
Juan Jacobo Rodriguez Gaviria	Conselheiro Suplente
Gustavo Loureiro Chagas	Conselheiro Suplente
Miguel Angel Tojas Torres	Conselheiro Suplente
Marcelo Rezende de Magalhães Gomes	Conselheiro Suplente

Diretoria	
Gersino Saragosa Guerra	Diretor Administrativo Financeiro
Antonio Costa e Costa	Diretor Técnico

Demonstrações financeiras

Transenergia São Paulo S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Transenergia São Paulo S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Demonstrações do valor adicionado.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Transenergia São Paulo S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transenergia São Paulo S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



Shape the future
with confidence

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.e às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo de contrato da Companhia era de R\$ 227.665 mil. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos de contrato.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo de contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção e dos custos incorridos, para projetos de reforços da infraestrutura existente; (iv) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (v) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; (viii) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e resoluções homologatórias emitidas pelo órgão regulador, e recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos de contratual, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP); e (ix) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de janeiro de 2025 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

Transenergia São Paulo S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.914	6.753
Concessionárias e permissionárias	6	4.184	3.776
Ativo de contrato	7	21.753	19.107
Outros créditos		2.654	811
Total do ativo circulante		40.505	30.447
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras vinculadas (caixa restrito)	5	9.598	8.646
Ativo de contrato	7	205.912	194.623
		215.510	203.269
Imobilizado			
Total do ativo não circulante		240	246
		215.750	203.515
Total do ativo			
		256.255	233.962
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		546	774
Debêntures	9	17.809	16.900
Impostos correntes a pagar		561	440
Dividendos a pagar	8.c	7.962	1.693
Outras contas a pagar	10	3.034	1.430
Total do passivo circulante		29.912	21.237
Não circulante			
Debêntures	9	78.460	85.553
Dividendos a pagar	8.c	45.188	44.220
Tributos diferidos	12	15.322	14.384
Total do passivo não circulante		138.970	144.157
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	33.800	33.800
Reserva de lucros	13.b	53.573	34.768
Total do patrimônio líquido		87.373	68.568
Total do passivo e do patrimônio líquido			
		256.255	233.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transenergia São Paulo S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, excerto resultado por ação)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita de operação e manutenção líquida	14	7.823	5.358
Remuneração financeira do ativo de concessão líquida	14	23.901	28.542
Receita operacional líquida		31.724	33.900
Custos de operação e manutenção	15	(4.474)	(3.477)
Lucro bruto		27.250	30.423
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração do pessoal		-	(132)
Remuneração dos administradores	8.b	(243)	(324)
Serviços de terceiros		(303)	(411)
Outras despesas administrativas		(90)	(103)
Total das despesas gerais e administrativas	16	(636)	(970)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	16	10.503	(16.492)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		37.117	12.961
Receitas financeiras	17	2.884	1.921
Despesas financeiras	17	(11.292)	(12.374)
Resultado financeiro		(8.408)	(10.453)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		28.709	2.508
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18.b	(1.917)	(1.508)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18.b	(428)	290
Lucro líquido do exercício		26.364	1.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transenergia São Paulo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	26.364	1.290
Total do resultado abrangente do exercício	<u>26.364</u>	<u>1.290</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transenergia São Paulo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Nota explicativa	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2023	33.800	6.760	37.927	-	78.487
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.290	1.290
Destinação do resultado do exercício					
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(322)	(322)
Constituição reserva de retenção de lucros	-	-	968	(968)	-
Constituição de dividendos adicionais	-	-	(10.887)	-	(10.887)
Em 31 de dezembro de 2024	33.800	6.760	28.008	-	68.568
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.364	26.364
Destinação do resultado do exercício					
Dividendos mínimos obrigatórios	13.b	-	-	(6.591)	(6.591)
Constituição reserva de retenção de lucros	13.b	-	19.773	(19.773)	-
Constituição de dividendos adicionais	13.c	-	(968)	-	(968)
Em 31 de dezembro de 2025	13.a	33.800	6.760	46.813	87.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transenergia São Paulo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		26.364	1.290
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:			
PIS e COFINS diferidos		509	(344)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		429	(291)
Juros, variação monetária e custo de transação sobre debêntures	9.a	11.077	12.161
Depreciação		6	4
Remuneração do ativo de contrato	7	(24.012)	(28.198)
Revisão tarifária - RTP	7	(10.901)	-
Perda do ativo de contrato		-	16.492
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Ativo de contrato	7	20.978	21.137
Concessionárias e permissionárias		(408)	(337)
Outros créditos e outros ativos		(1.843)	(75)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(228)	(226)
Impostos correntes a pagar		1.431	1.139
Outras contas a pagar		1.604	502
		25.006	23.254
Pagamento de debêntures - juros	9.a	(6.284)	(6.611)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.310)	(1.180)
Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades operacionais		17.412	15.463
Atividades de investimento			
Imobilizado		-	(10)
Aplicações financeiras vinculadas (caixa restrito)		(952)	(501)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(952)	(511)
Atividades de financiamento			
Pagamento de debêntures - principal	9.a	(10.977)	(9.853)
Dividendos pagos	13.c	(322)	(3.629)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(11.299)	(13.482)
Variação em caixa e equivalentes de caixa		5.161	1.470
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		6.753	5.283
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		11.914	6.753
Variação em caixa e equivalentes de caixa		5.161	1.470

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transenergia São Paulo S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	10.184	7.708
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	24.012	28.198
Efeito revisão tarifária- RTP	10.901	-
Perda relativas ao ativo de contrato	-	(16.492)
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros referente à operação	(4.433)	(3.593)
Valor adicionado bruto	40.664	15.821
Depreciação e amortização	(6)	(4)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	40.658	15.817
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.884	1.921
Valor adicionado total a distribuir	43.542	17.738
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	596	741
Remunerações	235	267
Férias e 13º Salário	46	58
Encargos sociais (Exceto INSS)	20	23
Benefícios	52	69
Administradores	243	324
Impostos, taxas e contribuições	5.290	3.333
INSS (Sobre folha de pagamento)	69	86
ICMS	2	16
PIS/COFINS s/faturamento	1.646	709
Tributos sobre o lucro	2.345	1.218
Obrigações intrassetoriais	1.224	1.297
Outros	4	7
Remuneração de capitais de terceiros	11.292	12.374
Encargos de dívida e variação monetária	10.814	11.868
Outras	478	506
Remuneração de capitais próprios	26.364	1.290
Lucro retido do exercício	19.773	968
Dividendos	6.591	322
Valor adicionado distribuído	43.542	17.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Transenergia São Paulo S.A. (“TSP” ou “Companhia”), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 8 de julho de 2009, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio Transenergia, atualmente formado por Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá com 51%, e pela Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras (Axia Energia) com 49%, e vencedora do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 001/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 024/2009 - ANEEL.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica localizadas no Estado de São Paulo.

1.2. Da concessão

No dia 19 de novembro de 2009, a Companhia assinou com a União Federal por meio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 024/2009 - ANEEL - Instalação de Transmissão de Rede Básica pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, no Estado de São Paulo:

- (i) Subestação (SE) Itatiba 500/138 kV: localizada no município de Itatiba - SP;
- (ii) Entradas de linhas nas Subestações de Campinas e Ibiúna 500 kV: aquisição de equipamentos necessários para as modificações nas entradas de linhas das subestações Campinas e Ibiúna e;
- (iii) Linhas de Transmissão 500 kV: implementação de dois trechos de linhas de transmissão, em dois circuitos simples de 500 kV, com extensão aproximada de 0,5 km, cada trecho de linha, entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão Campinas - Ibiúna e a SE Itatiba 500/138 kV.

As instalações descritas nos itens (ii) e (iii) foram transferidas, sem ônus, para Furnas, em cumprimento ao Contrato de Concessão nº 024/2009 - ANEEL, sendo a referida concessionária responsável pela operação e pela manutenção das linhas de transmissão resultantes do seccionamento e dos respectivos módulos de entrada de linhas. O recebimento das instalações se deu por meio da celebração do Atestado de Recebimento de Instalações do CCI nº 40001352.

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As instalações acima entraram em operação comercial em agosto de 2012. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante pagamento à Companhia da Receita Anual Permitida (RAP), a ser auferida a partir da data de disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.481/2025, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo tarifário julho/2025 a junho/2026 é de R\$31.588 (R\$28.578 no ciclo julho/2024 a junho/2025), incluindo as contribuições reembolsáveis (PIS, COFINS, RGR e TFSEE). Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) considerando o número índice do mês de maio, nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à Revisão Tarifária Periódica - RTP da RAP, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Concessão, em intervalos de cinco anos durante o período de concessão, no 5º, 10º e 15º ano, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão onde será revisado o custo de capital de terceiros.

A revisão tarifária periódica referente ao 15º ano foi realizada em julho de 2025, resultando em um reajuste positivo da RAP de 5,21% acrescido de 5,32% relativos à atualização do IPCA, totalizando um ajuste de 10,53%, conforme estabelecido na Nota Técnica nº. 159/2025-STR/ANEEL. O reposicionamento da RTP gerou um impacto positivo no saldo do ativo de contrato, no montante de R\$10.901 (nota 7), sendo que o montante líquido de impostos foi reconhecido como outras receitas e despesas operacionais (nota 17).

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional.

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE): Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pela Aneel no percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento (P&D): Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A Companhia deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica, objeto do Contrato de Concessão, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração estima que o valor histórico de indenização é de R\$23.387, valor este correspondente a estimativa do valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais. A reversão dos bens da concessão ao Poder Concedente ocorrerá após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela transmissora.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em 31 de dezembro de 2025, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 06 de fevereiro de 2026.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) e a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração assegura que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

i) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

ii) Reconhecimento do ativo de contrato

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa 1.2.

iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Mensalmente, com base na inflação medida pelo IPCA e quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 6,59% a.a.

3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a) Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada por meio de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado pelo regime de competência.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- Receita de remuneração ativo de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

- Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (redução ao valor recuperável de ativos). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Conta bancária corrente”, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros créditos”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendia a conta: “Aplicações financeiras vinculadas” e “Equivalentes de caixa”.

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores”, “Debêntures” e “Dividendos”.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão da Rede Básica (RBL).

e) Ativo de contrato

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

f) Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

g) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

h) Impostos e contribuições

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do IRPJ e da CSLL corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O IRPJ é computado a uma alíquota de 15% acrescida do

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A CSLL foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%.

Quando aplicável, o IRPJ e a CSLL diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

j) Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

k) Debêntures

No reconhecimento inicial, as debêntures são registradas pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão, tais como taxas, comissões e honorários.

Os custos de transação são apropriados ao resultado ao longo do prazo da dívida, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Após o reconhecimento inicial, as debêntures são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os encargos financeiros, incluindo juros e atualização monetária, são reconhecidos no resultado do exercício como despesa financeira, de acordo com o regime de competência.

l) Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros.

m) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição a diversos stakeholders durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado.

3.1. Normas e Interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCP 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 2024 e 01.01.2026 para companhias abertas
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contas correntes bancárias	25	3
Aplicações financeiras	11.889	6.750
Total	11.914	6.753

Composição do saldo de aplicações financeiras:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Banco Itaú - CDB-DI	CDB	97% CDI	-	27
Banco Itaú - Fundos Highgrade	Fundos	101,43% CDI	7.257	2.674
Banco Itaú - Fundos RF DI	Fundos	99,50% CDI	4.632	4.049
Total			11.889	6.750

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa de nº 19.

5. Aplicações financeiras vinculadas (caixa restrito)

Refere-se a aplicação restrita para garantia dos contratos de debêntures, conforme previsão contratual. As principais informações estão descritas a seguir:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Banco Itaú	Fundo TOP REF DI	100,52% CDI	9.598	8.646
			9.598	8.646

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa de nº 19.

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2025	31/12/2024
Concessionárias e permissionárias (*)	4.184	3.776
Total	4.184	3.776

A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento.

(*) A Companhia irá receber o montante de R\$3.454 referente a parcela de ajuste apurada em razão da retificação do cálculo das "outras receitas" nos procedimentos anteriores de revisão tarifária conforme Despacho n°. 1307/2025.

Valores correntes					31/12/2025	31/12/2024
Corrente a vencer	Corrente vencidas					
Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
R\$2.750	R\$37	R\$94	R\$23	R\$1.280	R\$4.184	R\$3.776

7. Ativo de contrato

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2024	Atualização/remuneração do ativo de contrato	Impacto da revisão tarifária periódica (RTP)	Realização do ativo de contrato	Saldo ativo de contrato em 31/12/2025
Ativo de contrato	213.730	24.012	10.901	(20.978)	227.665
Circulante	19.107				21.753
Não circulante	194.623				205.912
	Saldo ativo de contrato em 31/12/2023	Atualização/remuneração do ativo de contrato		Realização do ativo de contrato	Saldo ativo de contrato em 31/12/2024
Ativo de contrato	223.161	11.706		(21.137)	213.730
Circulante	20.809				19.107
Não circulante	202.352				194.623

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus diretores, seus conselheiros e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir:

a) Prestação de serviços com Axia Energia S.A.

A Companhia possui o seguinte contrato:

a.1) *Contrato de Compartilhamento de Instalações (CCI)*

A Companhia possui contrato de compartilhamento de instalações (CCI), no valor mensal de R\$21, a título de taxa de conservação das instalações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu R\$252 do referido contrato, que foi registrado no resultado como recuperação de despesas.

b) Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração dos administradores, totalizou R\$243 (R\$324 em 2024) e foi registrada como despesas gerais e administrativas no resultado.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Remuneração	188	255
Encargos e benefícios	55	69
Total	243	324

c) Dividendos a pagar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Gebbras Participações Ltda	27.107	23.416
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (Axia Energia)	26.043	22.497
Total	53.150	45.913
Circulante	7.962	1.693
Não circulante	45.188	44.220

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples em 05 de julho de 2021, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$112.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último em 15 de dezembro de 2032.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 3.522 de 14 de dezembro de 2020, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) à distribuição de dividendos aos Acionistas.

a) Composição

	<u>Taxa anual de juros</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Debêntures - 1ª emissão	IPCA + 6,0548% a.a.	96.269	102.453
Circulante		17.809	16.900
Não circulante		78.460	85.553

Segregação por ano de vencimento:

	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>Demais anos</u>	<u>Total</u>
Debêntures - 1ª emissão	17.809	18.777	19.240	40.443	96.269

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>106.756</u>
Provisão de juros	7.184
Variação monetária	4.684
Apropriação custos de transação	293
(-) Pagamento de principal	(9.853)
(-) Pagamento de juros	(6.611)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>102.453</u>
Provisão de juros	6.489
Variação monetária	4.295
Apropriação custos de transação	293
(-) Pagamento de principal	(10.977)
(-) Pagamento de juros	(6.284)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>96.269</u>

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Garantias

A Companhia, por meio do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, cedeu e transferiu fiduciariamente, em garantia aos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 024/2009 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 006/2010 firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. As intervenientes Gebbras e Eletrobras alienaram e transferiram fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade.

c) Covenants

A escritura de debêntures contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento, a manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, a distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos debenturistas. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos debenturistas, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. A escritura ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e ambientais.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias. Caso o ICSD mínimo fique no intervalo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento mediante depósito em conta vinculada, do valor necessário ao atingimento do ICSD mínimo, o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD mínimo, de forma que sejam considerados em seu cálculo os valores depositados na conta de complementação do ICSD.

A Companhia possui controles de acompanhamento e apuração anual dos covenants nas demonstrações contábeis regulatórias, e não foram identificados descumprimentos de *covenants* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Outras contas a pagar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	526	448
Reserva global de reversão - RGR	192	121
Taxa de fiscalização - TFSEE	385	368
Antecipação - Aviso de crédito de clientes	1.843	410
Outros	88	83
Total	3.034	1.430

11. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui demandas judiciais com probabilidade de perda provável, que deveriam ser registradas.

A Companhia possui processo com prognóstico de perda possível no montante de R\$19.668 (valor atualizado e com multa de 75%), composto por um mandado de segurança para afastar a eventual exigência por parte da Receita Federal da apuração do lucro presumido aplicando-se os percentuais do caput dos artigos 15 e 20 da Lei nº 9.249/95. Por se tratar de processos com prognóstico de perda possível, nenhuma provisão contábil foi efetuada.

12. Tributos diferidos

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS diferido	371	1.389
COFINS diferido	1.711	6.412
Tributos indiretos diferidos (*)	6.228	
IRPJ diferido	4.553	4.274
CSLL diferido	2.459	2.309
	15.322	14.384

(*) Devido as alterações definidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025, que determina que a partir de 01 de janeiro de 2027, o PIS e a COFINS serão extintos e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a Companhia classifica o saldo diferido de longo prazo como tributos indiretos diferidos mantendo o tratamento atual deste saldo, até que a legislação defina a alíquota efetiva do CBS (ainda não determinada) para que a Companhia reflita os devidos ajustes, ressaltando que tal alteração traz impactos no gross up da receita regulatória, e conseqüentemente, no fluxo de recebimento do ativo de contrato.

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 capital subscrito e integralizado é de R\$33.800, representado por 73.800.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	31/12/2025 e 31/12/2024		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Gebbras Participações Ltda.	37.638.000	51	17.238
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (Axia Energia)	36.162.000	49	16.562
Total	73.800.000	100	33.800

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e é limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definição do estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Foi aprovado na 16ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 10 de abril de 2025, constituição de dividendos adicionais no valor de R\$968, a ser descontado da reserva de lucros em observância do artigo 199 da Lei nº 6.404/76, que estabelece que o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	26.364	1.290
Lucro líquido do exercício ajustado	26.364	1.290
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	6.591	322
Reserva de retenção de lucros	19.773	968

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2024	34.768
Constituição de dividendos adicionais	(968)
Constituição reserva de retenção de lucros	19.773
Em 31 de dezembro de 2025	53.573

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não constituiu reserva legal em razão de já ter atingido o limite de 20% do capital social.

c) Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores sejam distribuídos, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição.

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2024	<u>45.913</u>
Pagamento de dividendos	(322)
Dividendos adicionais	968
Dividendos mínimos obrigatórios	6.591
Saldo dos dividendos em 31 de dezembro de 2025	<u>53.150</u>

14. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de remuneração ativo de contrato	24.012	28.198
Receita de operação e manutenção	10.184	7.708
Receita operacional bruta	<u>34.196</u>	<u>35.906</u>
(-) PIS e COFINS	(1.248)	(709)
(-) Encargos regulatórios	(1.224)	(1.297)
Receita operacional líquida	<u>31.724</u>	<u>33.900</u>

15. Custo de operação e manutenção

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(416)	(371)
Material	(1.404)	(815)
Serviços de terceiros	(3.527)	(2.848)
Arrendamentos e aluguéis	(25)	(55)
Seguros	(139)	(135)
Recuperação de custos	1.219	937
Outros custos de operação e manutenção	(182)	(190)
Total	<u>(4.474)</u>	<u>(3.477)</u>

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Despesas gerais e administrativas e outras despesas e receitas operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	-	(132)
Administradores	(243)	(324)
Material	-	(2)
Serviços de terceiros	(303)	(411)
Arrendamentos e aluguéis	(23)	(23)
Seguros	(8)	(4)
Tributos	-	(6)
Depreciação	(6)	(4)
Total despesas gerais e administrativas	(583)	(906)
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas (*)	10.450	(16.556)

(*) Em julho de 2024, houve um reajuste na Receita Anual Permitida - RAP, que ocasionou em uma perda no montante de R\$ 16.492.

Em julho de 2025, foi reconhecido o impacto da Revisão Tarifária Periódica (nota 1.2), no montante de R\$ 10.901 (nota 7), sendo R\$ 10.483 reconhecidos no resultado do exercício como Outras receitas e despesas operacionais, líquidos de impostos.

17. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.883	1.893
Outras receitas financeiras	1	28
	2.884	1.921
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(6.489)	(7.184)
Variação monetária sobre debêntures	(4.295)	(4.684)
Custo de transação debêntures	(293)	(293)
Outras despesas financeiras	(215)	(213)
	(11.292)	(12.374)
Total do resultado financeiro	(8.408)	(10.453)

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Impostos e contribuições

a) PIS e COFINS - Dedução da receita

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita anual permitida (RAP)	31.162	28.844
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto corrente no resultado	(1.137)	(1.053)
Receita de remuneração do ativo de contrato	24.012	28.198
Perda do ativo de contrato	-	(16.492)
Base de cálculo do imposto diferido	24.012	11.706
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(876)	(427)
Baixa de PIS/COFINS diferidos	765	771
Imposto diferido no resultado	(111)	344
PIS e COFINS dedução da receita	(1.248)	(709)

b) Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	31.162	31.162	28.844	28.844
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	2.493	3.739	2.308	3.461
Receitas financeiras	2.884	2.884	1.895	1.895
Base de cálculo	5.377	6.623	4.203	5.356
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(807)	(596)	(630)	(482)
Adicional de 10% - IRPJ	(514)	-	(396)	-
Imposto corrente no resultado	(1.321)	(596)	(1.026)	(482)
Receita de remuneração do ativo de contrato	24.012	24.012	28.198	28.198
Perda do ativo de contrato	-	-	(16.492)	(16.492)
Ajuste revisão tarifária – RTP	10.901	10.901		
Base de cálculo do imposto diferido	34.913	34.913	11.706	11.706
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	2.793	4.190	936	1.405
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(698)	(377)	(234)	(126)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	420	227	422	228
Imposto diferido no resultado	(278)	(150)	188	102
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.599)	(746)	(838)	(380)

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo por categoria

	Classificação de acordo com o CPC 48	Nível	31/12/2025	31/12/2024
			Valor contábil / Valor justo	Valor contábil / Valor justo
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Valor justo por meio do resultado	2	11.889	6.750
Aplicações financeiras vinculadas (caixa restrito)	Valor justo por meio do resultado	2	9.598	8.646
Contas correntes bancárias	Custo amortizado		25	3
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado		4.184	3.776
Outros créditos	Custo amortizado		2.654	811
			28.350	19.986
Passivos financeiros				
Debêntures	Custo amortizado		96.269	102.453
Fornecedores	Custo amortizado		546	774
Dividendos a pagar	Custo amortizado		53.150	45.913
Outras contas a pagar	Custo amortizado		3.034	1.430
			152.999	150.570

b) Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Em relação ao Ativo de contrato, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio, as taxas de juros e os preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Fundos de Investimentos de Renda Fixa e Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros

Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (IPCA).

d) *Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros*

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas de juros prefixadas e atreladas à variação do CDI e da IPCA.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (debêntures e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

dezembro de 2025, averiguando-se o impacto nas receitas e despesas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA. O Cenário I corresponde às taxas de juros divulgadas pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário I provável	Cenário II Queda de 25%	Cenário III Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		14,32%	10,74%	7,16%
Aplicações financeiras		21.487	3.077	2.308	1.538
Impacto no resultado			-	(769)	(1.538)

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário I provável	Cenário II Aumento de 25%	Cenário III Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA		4,26%	5,33%	6,39%
Debêntures		96.269	4.101	5.126	6.152
Impacto no resultado			-	(1.025)	(2.051)

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores / Seguro D&O (*)	28.950	01/03/2025 a 01/03/2026
Risco operacional	64.553	07/09/2025 a 07/09/2026
Responsabilidade civil geral	20.000	07/09/2025 a 07/03/2027

(*) Apólice unificada com outras Companhias que possuem o mesmo controlador.

As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Transenergia São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Questões ambientais

As condicionantes definidas na Licença de Operação - LO expedida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2026.

Gersino Saragosa Guerra
Diretor Administrativo-Financeiro

Antônio Costa e Costa
Diretor Técnico

Leandro Borges Jordão
Contador
CRC GO-022059/O